

---

**Daxiyangguo**

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2022, Número 28, páginas 131-139

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2022.28/pp.131-139

---

## **Tóquio – Diário, 1946**

**POR Moisés Silva Fernandes \***

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Email: moises.fernandes@letras.ulisboa.pt

Nogueira, F. (2019). *Tóquio – Diário, 1946*.  
Lisboa, Edições Tinta-da-China.

Em 1945, o ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, enviou para a cidade de Tóquio o jovem diplomata Franco Nogueira, com 25 anos, como delegado do governo português junto das Potências Aliadas de Ocupação. O Japão tinha perdido a sua soberania e o general Douglas MacArthur, um dos grandes protagonistas da Guerra no Pacífico, era o comandante supremo das forças que tinham vencido o conflito, isto é, os Estados Unidos da América, a nova superpotência hegemónica.

Quando este chega ao aeroporto militar de Tóquio, no dia 6 de janeiro de 1946, quatro meses após a rendição nipónica, arranjam-lhe um “cubículo” (p. 14) num hotel para residentes estrangeiros não-americanos. Logo no dia seguinte, ao descer do seu quinto andar, Franco Nogueira, considerou o Japão aterrador e devastado e o seu povo, sombrio. Numa narrativa viva e cheia de pormenores, muitas vezes com recurso a diálogos, somos introduzidos na realidade nipónica pelo autor ao longo do ano de 1946.

Descreve pormenores da vida do Japão recolhidos em conversa com um velho austríaco que aí vivia há mais de trinta anos. Diz ele que, no campo de internados para estrangeiros em *Karuizawa*, perto de Tóquio, entre 1942 e 1945, “nós, os estrangeiros, sofremos frio, temperaturas de quinze graus negativos e mais” (p. 26). Nos diálogos com este homem, ficamos a par da ação da violenta polícia secreta nipónica, a *Kempeitai*, que foi comparada com a *Gestapo* da Alemanha do Terceiro Reich<sup>1</sup> e que até poderíamos comparar com a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE). O Corpo de Soldados da Lei, *Kempeitai*, fez a vida horrenda e intolerável aos estrangeiros que viviam no Japão, aos nipónicos que eram dissidentes do regime do imperador Hirohito e aos habitantes das colónias japonesas da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático, até 1945.

Passados uns dias da sua chegada, em 12 de janeiro de 1946, aparece na narrativa, José do Amaral Abranches Pinto, “o meu português de Tóquio”(p. 28), que já vivia no Sol Nascente há mais de 30 anos. Decidiram passear pelo *Ginza*, comparado pelo autor à *Broadway*, em Nova Iorque, ou aos Campos Elísios, em Paris, antes da II Guerra Mundial. Mas agora, o *Ginza* sofreu uma “razia foi a oito e sem perdão” (p. 30). É através deste português que Franco Nogueira encontra um intérprete-tradutor, um nipónico-brasileiro que trabalhou na secção portuguesa da propaganda nipónica durante a II Guerra Mundial e que no final da Guerra do Pacífico, dele recebeu guarida.

Franco Nogueira e o intérprete-tradutor foram de Tóquio a Miyanoshita, uma estância termal. Como estrangeiro, Franco Nogueira não paga nos comboios, o que o deixou espantado. Em Miyanoshita observando os japoneses, constata que, como em Tóquio “[d]e momento, o japonês desempenha as tarefas vis. É criado, é intérprete, e varre e alinha tudo” (p. 50) sempre sorrindo para os vencedores. O ambiente encontrado nesta cidade, tomada pelo autor como símbolo do Japão inteiro, leva-o a fazer um relato vívido dos dias da guerra, destacando-se a descrição do dia 15 de agosto de 1945, quando a rádio oficial nipónica “espalha aos quatro ventos” que o imperador Hirohito ia falar ao seu povo pela primeira vez. O “Filho do Céu” vai pronunciar-se e propor-lhes a “rendição incondicional do Grande Império” do Japão (p. 55).

É relatada uma manifestação com 400.000 comunistas a protestar pela imposição da “morte do Imperador” (p. 57), no dia 23 de janeiro. Porém, Franco Nogueira e um italiano que vivia no hotel resignaram-se, acreditando que no seu âmago, eles conservar-se-iam leais e dedicados “ao seu Imperador, aos seus Deuses e à malga de arroz” (p. 57), conclui com humor.

---

1. Mark Felton (2009), *Japan's Gestapo: Murder, Mayhem, and Torture in Wartime Asia*, Barnsley, UK: Pen & Sword Military.

A partir do dia 1 de fevereiro de 1946, com o auxílio administrativo do tradutor-interprete, Franco Nogueira começa a ler os jornais nipônicos em língua inglesa sobre o período da Guerra do Pacífico e os seus precedentes. A conclusão final é que “o japonês jogou o todo pelo todo, em pleno” (p. 62) e perdeu.

No dia 4 de fevereiro, inclui a conversa tida com um francês do Instituto Franco-Japonês de Tóquio, sobre os sentimentos dos nipônicos. A conclusão a que o gaulês chega é que se trata de “um povo pouco feliz” (p. 66). E porquê? Uma das razões apresentadas é a ruína dos balneários públicos devido aos indiscriminados bombardeamentos americanos de toda a população e dos banhos públicos e, em consequência, “treme de frio” (p. 67). Mas para além das questões físicas, há também o desprezar de tudo o que é nacional. Como exemplo, apresenta a posição da imprensa nipónica acerca dos ideogramas japoneses, que vieram originalmente da China, quando propõe a sua substituição pelo idioma nativo ou pelo inglês. Chegou-se a pensar em suprimir o *kimono* habitual, pois estaria aí “a salvação do país derrotado” (p. 75). Franco Nogueira não fica persuadido pela imprensa nipónica, depois de ter alcançado a sua liberdade de expressão, após o 15 de agosto de 1945. Tudo lhe soa a fingido, a hipócrita e a muita hipérbole. Ele profere que os órgãos de comunicação social têm que ser “censurados”, como acontece no seu país de origem, Portugal.

Entretanto, na entrada de 3 de março, informa-nos de que circula nos hotéis frequentados pelos americanos e pelos ocidentais, a notícia do surgimento de uma rebelião perpetrada por oficiais generais das forças imperiais nipónicas para aniquilar Douglas MacArthur e mais de uma dúzia de oficiais americanos. Isto causou uma grande celeuma na imprensa nipónica, sempre ávida de ruído desde que passou a ser comunicação social livre, mas não passou de um rumor.

Franco Nogueira descreve que ficou com febre no dia 4 de março. Passados cinco dias, o intérprete-tradutor trouxe um médico local, mas de nada lhe valeu. A 12 de março, vem vê-lo João do Amaral Abranches Pinto, afirmando que os médicos nipónicos educados na Alemanha e nos Estados Unidos da América são os que vêm a casa, os outros formados no Japão não vêm.

Hospitais, isso é cousa de moer os nervos ao ocidental: são uma confusão, os doentes vão acompanhados das respetivas famílias, estas instalam-se com gato e cão, e a gente não sabe como pedir um copo de água. Já estive num, jurei nunca mais (pp. 80-81).

No dia 25 de maio, o velho austríaco do hotel mandou chamar um médico alemão de Yokohama, que fica a 27 quilómetros de Tóquio, e foi este que o mandou para um “hospital reservado a estrangeiros e dirigido por freiras francesas” (p. 82) por intoxicação alimentar. Finalmente, foi para Yokohama no dia 5 de

abril. Durante três meses fica internado neste hospital. Só no dia 15 de junho, o médico lhe deu alta.

No dia 14 de julho vem de Yokohama para Tóquio, mas agora já deixou o hotel para estrangeiros não-americanos e vai para uma casa própria para europeus. É uma residência de dois pisos no bairro Shibuya, que antes do conflito era conhecido como um subúrbio “aristocrático” (p. 88). “Abastecimentos são difíceis de encontrar” escreve a 2 de agosto de 1946. Quando chega à estação de Ueno, em Tóquio, Franco Nogueira interpela o seu tradutor-intérprete sobre um batalhão do exército imperial que vinha da Coreia. Segundo Franco Nogueira “[é] uma tropa inferiorizada e amarfanhada pela derrota” (p. 94).

No dia 3 de novembro, Franco Nogueira está na estação de Yoyogi para ir a casa de João do Amaral Abranches Pinto, quando avista um miúdo japonês, de mais ou menos 2 anos de idade, com as mãos num dos carris. Perante a atitude dos japoneses, indiferentes e impávidos, diz ele, “salto da plataforma; atravesso a linha; e arranco o miúdo sempre a sorrir enlevado” (p. 108). Quando relata o sucedido a João do Amaral Abranches, ouve, espantado “- Meu caro, não estranhe, é assim mesmo” (p. 109) no Império do Sol Nascente.

Já não vai há uns meses largos a *Ginza*, o subúrbio de luxo antes da Guerra do Pacífico, e assim decide fazê-lo, a 28 de novembro. “Da imagem de desolação assombrada, que recebi na visita feita após a minha chegada e que a memória ainda regista, nada resta” (p. 121). Embora seja ocupado pelos Estados Unidos da América, entre 1945 até 1952, o Japão “sobrepõe a indústria tenaz deste formigueiro humano, que já renasce, que de novo se agita, e que se prepara com fé para outro futuro” (p. 124).

Desta narração pormenorizada feita pelo jovem diplomata da sua estadia no Japão, no ano de 1946, estão ausentes a questão do Timor português e a sua vida pessoal.

Existe um problema de fundo, bastante complicado, nas relações entre Portugal e o Japão que é a invasão nipónica do Timor português, e que nunca é mencionado nesta obra. Durante 3 anos, entre 20 de fevereiro de 1942 e 5 de novembro de 1945, os japoneses ocuparam o Timor português e mataram 81 brancos e mestiços<sup>[2]</sup> e cerca de 50.000 timorenses.<sup>[3]</sup> Ora isto, representava uma baixa de população de 11% em relação ao recenseamento de 1935.

2. Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho (1947), *Relatório dos acontecimentos de Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, em junho 1947, saíram duas obras. Uma tinha 504 folios e tinha muitas coisas sobre a invasão japonesa, enquanto a de 741, tinha mais páginas. Em 2003 foi publicada pelo Instituto de Defesa Nacional como segunda edição, em que tinha uma versão menos invetiva sobre os crimes perpetrados no Timor português pelos nipónicos.

3. Óscar Freire de Vasconcelos Ruas, *Relatório do governo da colónia de Timor, 1946-1947*, A2.01.001/02.00012, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, p. 27.

Foi nesta altura, em 1945, que o ministro das Colónias, Marcello Caetano, persuadiu o ex-governador do Timor português, capitão de infantaria Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, a escrever o seu testemunho no que viria a ser o *Relatório dos Acontecimentos de Timor*. Quando este livro, editado pela Imprensa Nacional, em 1947, foi apresentado ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, este foi de opinião que teria de ser destruído porque era embaraçoso e ao mesmo tempo contraproducente para os governos da metrópole e do Timor português. Já então o seu autor, Ferreira de Carvalho, o tinha distribuído entre os brancos sobreviventes aos campos de concentração. Relata José dos Santos Carvalho,

Poucos dias passaram depois de eu o ter recebido e avidamente lido, até uma carta do Governador [capitão Manuel de Carvalho] me trazer o seu pedido para lho devolver, pelo motivo de haver sido superiormente ordenado que todos os exemplares do relatório recolhessem ao arquivo do Ministério das Colónias.<sup>[4]</sup>

E foi o que fizeram, suprimiram o *Relatório dos Acontecimentos de Timor*, tanto o de 504 páginas, com acusações bem específicas ao Japão, como o de 741 folhas, muito mais leve sobre os nipónicos.

Outro evento, este de cariz pessoal, também ausente nesta obra, é o conhecimento da sua futura esposa, Vera Machado Duarte Wang. A 31 de dezembro de 1946, Franco Nogueira vai requerer ao ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, há onze anos, António de Oliveira Salazar, autorização para casar com a cidadã portuguesa Vera Machado Duarte, filha de Otília Machado Duarte e neta do coronel José Duarte Machado de Júnior,<sup>[5]</sup> governador do Timor português entre 1917 e 1918. O ministro dos Negócios Estrangeiros tinha mudado em fevereiro 1947, passando a ser José Caeiro da Mata, que por despacho pede “informações confidenciais” junto da legação (embaixada) de Portugal na China, que estava temporariamente em Xangai, e do consulado de Portugal em Hong Kong.<sup>[6]</sup> No dia 2 de maio de 1947, enviou dois telegramas à legação de Portugal

---

4. José dos Santos Carvalho (1972), *Vida e morte em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Livraria Portugal, p. 110.

5. “Ofício n.º 59 da legação de Portugal em Tóquio, 31 de dezembro de 1946” in “Processo individual Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira, 2.º secretário da Legação de Portugal em Tóquio – Pedido autorização para contrair casamento”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

6. “Despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Mata, sobre o requerimento 1 de maio de 1947” in “Ofício n.º 59 da legação de Portugal em Tóquio, 31 de dezembro de 1946” in “Processo individual de Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira, 2.º secretário da Legação de Portugal em Tóquio – Pedido autorização para contrair casamento”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

em Xangai e ao consulado de Portugal em Hong Kong a “procurar saber com a máxima discrição quaisquer informações eventualmente aí possa obter de maneira [a] habilitar este Ministério [a] apreciar [o] pedido para fins [do] artigo 142 [do] Regulamento”.<sup>[7]</sup>

Todavia, o decreto-lei n.º 29.319, de 30 de dezembro de 1938, indicava de acordo com o artigo n.º 14 que “os funcionários do corpo diplomático e consular não podem contrair casamento sem autorização do Ministro e esta só pode ser concedida para casamento com mulher originária que nunca tenha perdido essa nacionalidade”.<sup>[8]</sup> Por outro lado, segundo o mesmo artigo “não podem exercer funções diplomáticas ou consulares no país da nacionalidade de origem de sua mulher”.<sup>[9]</sup> Isto constitui para Franco Nogueira uma imensa dor de cabeça, pois não se podia casar. Como o embaixador Fernando Neves esclarece:

Não só exigia em todos os casos uma licença prévia para o casamento dos diplomatas, como não permitia o casamento com estrangeiras. Foi a meu Pai [Mário Neves] que Franco Nogueira confiou a tarefa de “advogar”, nas Necessidades, o seu caso cujas dificuldades decorriam, ao que julgo, de questões ligadas à nacionalidade de sua futura mulher. [...] A verdade é que parece que o episódio, pese embora o seu desfecho, foi visto por muitos como um desafio ao poder, verdadeiro anátema para esses tempos, e terá contribuído para isolar Franco Nogueira na Carreira.<sup>[10]</sup>

Mas no dia 7 de julho de 1947 o cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brazão, informa que a noiva e família se encontram naquela cidade “desprovidas [de] recursos para pagar [as] suas viagens de regresso a Portugal. Franco Nogueira tem que habilitar com os fundos. As passagens serão pagas, para o providenciar”.<sup>[11]</sup>

No entanto, Franco Nogueira envia um telegrama da legação de Portugal em Tóquio, no dia 9 de julho de 1947 a informar o cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brazão, “se fundamenta em equívoco visto [a] família Machado Duarte

7. “Telegramas expedido, n.º 19, para a legação de Portugal em Xangai e telegramas expedido, n.º 8, para o consulado de Portugal em Hong Kong, de 2 de maio de 1947” in “Processo individual de Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira, 2.º secretário da Legação de Portugal em Tóquio – Pedido autorização para contrair casamento”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

8. Decreto-Lei 29.319 de 30 de dezembro de 1938, p. 1753.

9. *Ibid.*

10. Fernando d’Oliveira Neves, “Franco Nogueira e meu Pai”, (1999), *Embaixador Franco Nogueira, 1918-1993 - textos evocativos*, org. Teresa de Melo Ribeiro, et. al., Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 200-201.

11. “Telegrama expedido, n.º 8, para a legação de Portugal em Tóquio, 7 de julho de 1947”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

ter partido do Japão com 2.000 francos suíços e 2.000 dólares conforme assinara perante [as] autoridades deste país ao embarcar”.<sup>[12]</sup> Certamente, que os serviços da cifra do Ministério dos Negócios Estrangeiros sabem que o “informa da precária situação económica [da] noiva [do] Franco Nogueira e sua mãe”.<sup>[13]</sup> Franco Nogueira afirma que é inútil criar-se um problema para o ministério.<sup>[14]</sup>

O consentimento do casamento é dado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, em 7 de julho de 1947. Realmente, José Caeiro da Mata expediu o telegrama n.º 7 no qual é “autorizado [o] seu casamento com a portuguesa Vera Machado Duarte conforme [o] seu pedido”.<sup>[15]</sup> No dia 11 de julho, Franco Nogueira manda um telegrama para o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Mata, a retribuir-lhe profundamente agradecido pelo ato singelo.<sup>[16]</sup>

Esfusiante, Franco Nogueira casa com Vera na cidade de Tóquio, a 3 de setembro de 1947,<sup>[17]</sup> na Universidade de Sofia, uma instituição do ensino superior da igreja católica e sob o apadrinhamento do delegado apostólico (embaixador da Santa Sé) junto do Japão, arcebispo Paolo Marella.

Os diplomatas portugueses previram que este fosse o fim da carreira de Franco Nogueira. O ministro plenipotenciário de 1.ª classe António de Faria, de perfil autoritário, escreveu, no dia 22 de novembro de 1947, como diretor-geral de Negócios Políticos e da Administração Interna e de secretário-geral interino, a seguinte nota,

Desejo saber em que condições foi autorizado este casamento. Como é que a certidão diz que a noiva é filha de uma senhora portuguesa, casada, mas não se fala do pai!.<sup>[18]</sup>

Por outro lado, António de Faria envia, no dia 2 de março de 1948, um ofício a Franco Nogueira a requerer a expedição do trabalho individual referente ao ano

12. “Telegrama recebido, n.º 5, da legação de Portugal em Tóquio, 9 de julho de 1947”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

13. *Ibid.*

14. *Ibid.*

15. “Telegrama expedido, n.º 7, para a Legação de Portugal em Tóquio, em 7 de julho de 1947”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

16. “Telegrama recebido, n.º 6, da legação de Portugal em Tóquio, 11 de julho de 1947”, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721.

17. Manuel de Lucena (2015), *Os lugar-tenentes de Salazar*, Lisboa, Alêtheia Editores, p. 158.

18. “Nota do ministro de 1.ª classe António de Faria’ no ‘Pedido [de] autorização para contrair casamento’, PT/MNE/IDI/DAB S3 F16 P 4, UI 33 721. António de Faria tinha razão porque o nome de Vera Machado Duarte Wang “era chinesa e filha de um diplomata que depois da revolução havia sido condenado à morte e tivera a pena reduzida para 12 anos de prisão, sendo indultado depois de haver cumprido 5. Vivia em Xangai como professor de línguas” (Jorge Jardim [1976], *Moçambique: Terra Queimada*, Lisboa, Editorial Intervenção, p. 65).

de 1945. Segundo o embaixador Fernando de Castro Brandão, é-lhe ordenado iminentemente, “sob pena de instauração do processo disciplinar’!...”.<sup>[19]</sup>

Mas entretanto, no dia 4 de junho de 1950, Franco, Vera e a sua única filha Aida, regressam a Lisboa. Como diz o embaixador Fernando d’Oliveira Neves,

Quando em 1950 Vera e Alberto Franco Nogueira regressam a Lisboa vindos de Tóquio, meus Pais eram, dos colegas de Ministério, os únicos que os aguardavam no cais aonde desembarcavam. Não é estranhável, por isso, que a casa dos meus Pais tenha sido das primeiras que começaram a frequentar socialmente em Lisboa.<sup>[20]</sup>

Após onze anos entre os serviços externos e interno, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcello Mathias, sugere a António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho, Franco Nogueira, “cheio de talento”,<sup>[21]</sup> para ser o novo ministro dos Negócios Estrangeiros na década de 1960 e é aceite.

Data de receção: 20/01/2022

Data de aprovação: 29/06/2022

---

19. Franco Nogueira (2005), *Relatórios Anuais: 1942 a 1955, Elementos biográficos por Fernando da Castro Brandão*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 21.

20. Fernando d’Oliveira Neves, “Franco Nogueira e meu Pai”, (1999), *Embaixador Franco Nogueira, 1918-1993 – textos evocativos*, Teresa de Melo Ribeiro, et. al, org., Porto, Livraria Civilização Editora, p. 201.

21. Marcello Mathias (1984), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, Lisboa, Difel, p. 97.



### **Sobre o autor**

MOISÉS SILVA FERNANDES é Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e publicou *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Lisboa: Instituto Diplomático de Ministério dos Negócios Estrangeiros e Centro Científico e Cultural de Macau, em 2008, entre outras obras, artigos e recensões críticas em português, inglês e chinês.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5228-4127>]

### **About the author**

MOISÉS SILVA FERNANDES is Professor at the School of Arts and Humanities, University of Lisbon and published *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Lisbon: Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs and the Macau Scientific and Cultural Centre, 2008, among other works, articles and critical reviews in Portuguese, English and Chinese.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5228-4127>]